

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ECONOMIA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Walber Carrilho da COSTA¹

Introdução

Falar em capitalismo contemporâneo é aceitar que o mundo atual presencia um novo tipo de capitalismo, diferente do que foi verificado nos processos históricos precedentes. E o que diferencia o momento atual dos anteriores são as profundas transformações que ocorreram no processo, ou padrão, de valorização do capital nas últimas décadas. Estas mudanças são verificadas nos mais diversos âmbitos da sociedade, e são conseqüências de uma série de fenômenos altamente inter-relacionados, tais como a reestruturação produtiva, a globalização e a mundialização das economias, o fim da experiência histórica dos países antes socialistas e os diversos elementos específicos de cada país, que têm suas próprias dinâmicas, que filtram tais variáveis a depender de seus ambientes políticos, econômicos e sociais diversos, e que, sem dúvida alguma, impactam sobre suas relações sociais de várias maneiras. Nesse contexto, o presente texto visa a analisar alguns elementos que possam ajudar a compreender e a explicar as diferentes mutações por que vêm passando as relações de trabalho, que sofrem influência de todos esses fenômenos.

Assim, de maneira mais específica, este texto tem por objetivo contribuir para quatro importantes questionamentos: No contexto atual, o que se pode entender por globalização e relações de trabalho? Que impactos tal globalização pode ter sobre as relações de trabalho? Quais as conseqüências desses impactos para o mercado de trabalho, de forma mais geral, e para a vida do trabalhador, de forma mais específica? Quais seriam as diferenças básicas de todas essas transformações conforme os vários tipos de relações de trabalho nos diversos países? E, por último, em que situações se encontram as relações de trabalho para o caso brasileiro?

¹ Doutorando em Ciências Sociais – PUCSP – 05014-901 – São Paulo – SP.

Para tanto, será feita uma resenha crítica dos diversos autores que venham a contribuir para esta discussão,² para que se possa compreender as mudanças que vêm ocorrendo no “mundo do trabalho”.

O texto está dividido em três seções, além dessa breve introdução. A próxima seção irá definir melhor o que se entende por globalização e por relações de trabalho. A seção seguinte terá como objetivo discutir a inter-relação desses conceitos, com ênfase na análise de como o processo de globalização influencia nas relações de trabalho por meio das corporações multinacionais ligadas em rede, que geram impactos no relacionamento entre o capital e o trabalho em seus diversos âmbitos. A última seção sintetizará as principais conclusões e observações apresentadas ao longo do trabalho, destacando não tanto o fato de que o capitalismo produza cada vez mais com menos trabalhadores, mas, sim, o fato de que o padrão atual de acumulação de capital apresenta-se como uma nova forma de racionalização da produção, cuja organização contribui de modo significativo para uma crise nas relações de trabalho do padrão anterior Fordista/Taylorista.

Globalização e relações de trabalho: alguns aspectos conceituais

O capitalismo contemporâneo tem passado por profundas transformações, que modificaram, de maneira global e com uma grande velocidade, as relações sociais entre os indivíduos. Dentre tais mudanças, Hobsbawn (1995, p.214-5) destacou três importantes fenômenos: a) o processo de urbanização que ocorreu entre 1950 e 1975, com os camponeses formando hoje uma minoria na população mundial; b) a intelectualização como um fenômeno de massa, com a multiplicação da educação superior, ou mesmo secundária; e c) o reposicionamento, também entre os anos 50 e 70, da mulher, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. De acordo com o autor, esses fenômenos seriam importantes para demonstrar “(...) que as sociedades humanas, e as relações de pessoas dentro delas, passaram por uma espécie de terremoto econômico, tecnológico e social na vida das pessoas que mal chegaram à meia-idade”.

Contudo, diante de todas estas transformações estruturais, é difícil concluir que o sistema capitalista encontra-se em crise. Ou seja, que os efeitos cumulativos de suas contradições internas impedem que esse sistema possa resolver seus dilemas por

² A discussão é longa, e uma completa análise de toda a literatura ultrapassaria os limites deste artigo. Dessa forma, serão analisados apenas a literatura mais recente e os autores que têm contribuído de forma mais relevante para o tema proposto.

meio do ajustamento de seus modelos institucionais em funcionamento (WALLERSTEIN, 1984, p. 1). Não existe um consenso na literatura de que todas essas mudanças estariam levando ao fim o capitalismo, e a fase atual de desenvolvimento econômico seria uma fase de transição para um novo sistema ou modo de produção histórico. Porém, não há dúvidas de que o padrão de produção capitalista já não é mais o mesmo desde, principalmente, os anos de 1970 (HOBSBAWN, 1995; CASTELLS, 1999; HARVEY, 1996). Com os acontecimentos desse período (crise do preço do petróleo, o fim do sistema de *Breton Woods* e outros), o capital, na busca pela sua valorização, reestrutura-se rumo a uma produção flexível e informacional, com base em inovações tecnológicas e organizacional, modificando o padrão de produção anterior (Fordista/Taylorista). Nessa mudança, também a política toma “outro rumo”, em favor do liberalismo e da economia de mercado. Imbricado em todo esse movimento está o processo de globalização e de mundialização das economias, que surge mediante uma série de fenômenos altamente inter-relacionados e re-arranja a inserção dos países na economia internacional.

O processo de globalização é algo complexo e difícil de conceituar e/ou mesmo mensurar, não apresentando ainda um arcabouço teórico definido, uma vez que é um termo utilizado em alusão a vários fenômenos e fatores que redefinem as relações internacionais e afetam os diferentes aspectos da vida social, tais como a economia, a comunicação, a tecnologia, a cultura, a religião etc. Um primeiro aspecto importante a ser discutido é que o fenômeno da globalização não é algo que está pronto e acabado, mas, sim, um processo que, como tal, depende de uma série de fenômenos que poderão produzir os mais diversos efeitos sobre a sociedade em transformação. Efeitos que, por certo, não irão ocorrer com a mesma intensidade e ritmo entre os países e as regiões. Um processo que vai depender de diversas correlações de forças na sociedade.

Como pode se observar no texto organizado por Baumann (1996), a globalização apresenta-se sobre diferentes visões e explicações, podendo ser vista sob diversas óticas: sociológica, política e econômica. Pela ótica sociológica, o que se pode verificar é que a globalização parece estar significando o surgimento de um novo modelo de organização social, sendo que, conforme apresentou Cardoso (1996, p.9), “a nova ordem é ‘descentralizada’, menos funcionalmente integrada, mais ‘sistêmica’”, com o surgimento de novos espaços públicos e afetando de forma significativa a organização da sociedade. Nesse mesmo sentido, Beck (1999, p. 51-119) aponta alguns elementos importantes para a sociologia da globalização. Segundo esse autor, a “sociologia moderna”, inaugurada fundamentalmente a partir de Durkheim, Weber e Max, pressupõe o controle do Estado nacional na ação social, como um “*container* da unidade territorial”. Para ele, o processo de globalização estaria rompendo com

essa “axiomática de uma sociologia apoiada no Estado nacional”; pois surge, atualmente, o que o autor chama de “espaços sociais transnacionais”, ou seja, ações sociais (econômicas, políticas, culturais, religiosas etc.), que extrapolam as barreiras nacionais-estatais. Contudo, é preciso ressaltar, como apresentado por Viera (2001, p.94-5), que essa “(...) convivência problemática entre a lógica do poder territorializado e a do poder crescentemente desterritorializado do capitalismo globalizado”, não significa o fim do Estado, visto que se observam grandes diferenças nos diversos países. Diferenças que podem ser explicadas pelas especificidades culturais, políticas, sociais e relações diversas em cada Estado-Nação. Até mesmo porque o processo de globalização traz consigo um fenômeno contraditório, de um lado, concentração, de outro, fragmentação (DUPAS, 2000, cap. 2), que, por sua vez, aguça tanto o processo de globalização quanto o de localização. Por último, vale citar Castells (1999), que aponta para o caráter informacional do novo modelo de desenvolvimento³, porquanto a produtividade e a competitividade dos agentes dependem da capacidade destes de “(...) gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos”. Com isto, pode-se verificar que o processo de globalização, no seu aspecto sociológico, apesar de problematizar a questão do Estado, de um lado, não o exclui e, de outro, não significa um processo único e homogêneo.

Pela ótica política, pode-se observar, conforme apresentado por Amorin (1997, p.23), que as transformações dos últimos anos trouxeram mudanças rumo a uma nova ordem internacional. De acordo com o autor, tem-se configurado “um sistema político original” que possui elementos de unipolaridade (os EUA), sem, contudo, deixar de aparecer uma série de outros atores que agem e influenciam nas decisões internacionais,

De fato, a maior transformação que o mundo assistiu nos últimos cinquenta anos não foi tanto o auge e a decadência do ‘socialismo real’, mas o surgimento no cenário internacional de mais de uma centena de países que progressivamente se vão afirmando como atores e não meros ‘pacientes’ do processo histórico.

Entre esses novos atores no cenário político internacional, pode-se citar os diversos países em desenvolvimento (tais como Brasil, Índia e África do Sul), que influenciaram em questões importantes em diversos âmbitos: sociais, ecológicos, culturais e, talvez, o mais significativo, econômico, como tem acontecido nas últimas tentativas de acordo no interior da OMC. Pode-se enumerar também diversos outros atores que influenciam nas decisões políticas internacionais, tais como as grandes empresas transnacionais e o seu capital (tanto produtivo com, fundamentalmente, o

³ Segundo o autor “historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (CASTELLS, 1999, p.33).

financeiro); e as organizações não governamentais,⁴ que vêm aparecendo com papel importante no cenário mundial, principalmente nas discussões sobre o meio ambiente, os direitos humanos, os processos de liberalização do comércio e outros. Por último, porém não menos importante, vale destacar outros importantes atores que vêm transformando de forma significativa as relações políticas internacionais, os blocos econômicos (UNIÃO EUROPÉIA, NAFTA, MERCOSUL etc.), que têm contribuído para uma nova realidade política internacional.

Pela ótica econômica do processo de globalização, o importante a ressaltar diz respeito à internacionalização do comportamento e da ação dos agentes econômicos. Sendo que tal fenômeno pode ser observado pelo movimento acelerado de bens, de serviços e de capitais entre as fronteiras nacionais. Um processo que pode ser captado pelo crescimento do comércio internacional e pelos movimentos dos capitais internacionais. De acordo com Baumann (1996, p. 40), ao mencionar os dados da UNCTAD, nas décadas entre 1950 e 1980, a taxa média de crescimento anual do comércio mundial superou o ritmo de crescimento da produção, “elevando o grau de abertura da maior parte das economias”. Ao que parece, nos anos de 1990 esse processo não foi diferente, visto que, de acordo com a OCDE (TRADE..., 2001, p.2), o comércio, ao longo dos anos de 1990, cresceu mais rapidamente que a produção doméstica bruta mundial, sendo que, para a área da OCDE, “From 1995, the ratio of trade in goods and services to GDP increased from about 19% in 1995 to 23% in 1999 (measured in volume terms)”.

Contudo, não é somente o comércio mundial e o grau de abertura dos países que têm se acelerado nos últimos anos (a face mais visível do processo de globalização econômica). Também é preciso enfatizar o crescimento do movimento entre fronteiras nacionais dos fatores de produção, com destaque, fundamentalmente para o capital, tanto produtivo quanto, em especial, o financeiro, em seu processo de valorização.

Apesar das diferenças e das diversas visões encontradas na literatura sobre a questão da globalização, desde as mais céticas até as mais otimistas, a verdade é que o capitalismo do início do século XXI apresenta uma série de mudanças tecnológicas, políticas, econômicas e ideológicas, que fazem com que todo o processo de produção de mercadorias seja transformado, gerando múltiplas conseqüências para a sociedade e suas relações sociais. Dentre tais conseqüências, está o processo de mudança no exercício das relações entre o capital e o trabalho (relações de trabalho), que se apresenta de forma diversa (e, em muitos aspectos, até mesma oposta) daquele do período Fordista/Taylorista de produção.

⁴ Cf. Vieira (2001, part. III e IV) a respeito do debate sobre a globalização e o avanço das ONGs na “sociedade civil global”.

Entendem-se como relações de trabalho todo um conjunto de arranjos institucionais e informais, os quais modelam e transformam o relacionamento entre o capital, o trabalho e o Estado, dentro e fora das empresas. Assim, todas as transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho atual são influenciadas por todo um complexo sistema de relações de trabalho de um país, que depende de fatores políticos, econômicos e culturais presentes num determinado contexto social (LEITE, 1991, p.154) em todas as suas dimensões: macro (nacional), meso (setorial, regional e institucional) e micro (no âmbito da empresa).

No âmbito macro, são definidas as relações gerais do mercado de trabalho, independente dos setores e indústrias em que os ofertadores e demandadores de trabalho estão inseridos. Isto é, são principalmente as legislações e os processos de regulação do trabalho, bem como sua intermediação e fiscalização. Dessa forma, as relações de trabalho, nesse âmbito, dependem em muito do ambiente político-econômico no qual estão inseridos os agentes econômicos.

No âmbito meso das relações de trabalho, que obviamente é influenciado pelo macro e nele também influencia, definem-se as regras dentro dos setores ou indústrias específicas, que é o caso das regras definidas entre os sindicatos (obviamente, organizados por setores ou indústrias) e as empresas, por meio de Acordos ou Convenções Coletivas. Assim, neste nível compreende-se como se estruturam esses atores coletivos e as relações entre si.

No âmbito micro, que também influencia e é influenciado pelos âmbitos anteriores, é o *locus* em que se constitui a relação entre o capital e o trabalho no interior das empresas, sendo constituída pelos empregados (individuais e/ou por sindicatos por empresas) e os empregadores. Ou seja, apresenta a relação entre o capital e o trabalho no interior das esferas produtivas e na organização no local de trabalho (comissões de fábricas, CIPA's, representação dos trabalhadores perante a gerência e/ou os proprietários e outros).

Nas relações de trabalho no modelo Fordista/Taylorista de produção, além de um maior compromisso do Estado de Bem-Estar (via serviços sociais e maior comprometimento do emprego público), havia também um papel ativo da administração macroeconômica para combate às desigualdades e ao desemprego. Juntamente a esse papel do Estado, observou-se também uma maior participação dos sindicatos na luta política geral e no estreitamento da relação com os partidos políticos. Nesse sentido, conformou-se uma ampliação nas relações entre o capital e o trabalho, em melhoria deste último, possibilitando um maior “equilíbrio de poder (...) entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado” (HARVEY, 1996, p. 125). Equilíbrio conquistado por meio de um crescimento nos direitos legais e constitucionais, ampliando as remunerações indiretas (salários mínimos, seguro-desemprego,

descanso semanal remunerado etc.) e os direitos sindicais (MATTOSO, 1995, p. 27-9), bem como um crescimento na formalização nas relações de trabalho (NABUCO & CARVALHO NETO, 1999, p. 7). De acordo com Paul Singer, (1999, p. 31) essa “relação de emprego padrão”, consiste:

(...) basicamente num contrato de trabalho em que o trabalhador é contratado por uma grande empresa, em geral, e tem um horário de trabalho fixado em lei, ou em contrato; tem um salário direto profissional (...); tem um salário indireto ponderável (...) e ainda tem um amplo sistema de seguro (...).

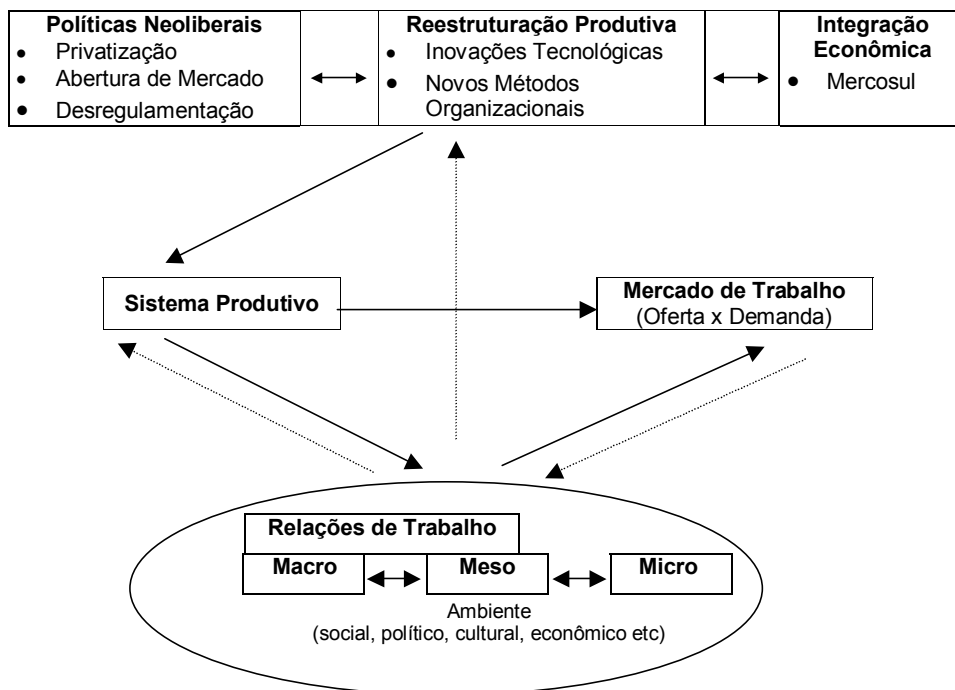
Essa ampliação nas normas trabalhistas acabou por permitir o fortalecimento das entidades sindicais, com crescimento das taxas de sindicalização, o que possibilitou uma relação de trabalho sob a forma de contratação coletiva, com a negociação das condições de trabalho (MATTOSO, 1995, p. 162). Tal fato contribuiu para a maior socialização dos fluxos de renda e o aumento na segurança para os trabalhadores, o que diminuiu suas demandas e suas críticas no interior da organização do trabalho. Nesse sentido, as relações de trabalho no modelo Fordista/Taylorista de produção ocorreram, de modo geral, com um maior papel dos trabalhadores e de suas organizações nas empresas (GOUREVITCH, apud MATTOSO, 1995, p. 29). Dessa forma, se, por um lado, o sistema Fordista/Taylorista de produção apresentava-se como uma resposta do capital à resistência dos trabalhadores com a intenção de dominar a produção, buscando um novo tipo de controle do processo de trabalho, dividindo-o, simplificando-o e desqualificando-o, por outro, as resistências dos trabalhadores aos novos métodos organizacionais foram intensas, não somente pela “resistência surda” no interior das fábricas, como também em momentos de conflitos abertos, por meio de greves e de manifestações (LEITE, 1994, p. 59-73).

Foi essa relação de trabalho que possibilitou, naquele período, que os países apresentassem maior estabilidade no mercado de trabalho durante “os anos dourados do capitalismo”. Porém o momento atual de mudanças nos processos produtivos, com base em um modelo de acumulação flexível, políticas neoliberais, mundialização do capital e globalização, pode ser entendido como uma nova ofensiva do capital (ALVES, 1998) - reestruturado e com uma ampla dominância financeira - sobre o trabalho organizado que “(...) na defensiva, sofre mutações e perde parte de seu poder político, de representação e de ‘conflitualidade’” (MATTOSO, 1995, p. 69).

Contudo, parte-se do entendimento de que o tipo de relação de trabalho em que a economia está inserida reflete-se de forma significativa, tanto nas transformações por que vem passando o processo produtivo tanto nesse momento atual de globalização (com a reestruturação produtiva, as políticas neoliberais e a integração econômica) como no mercado de Trabalho. Assim, tem-se como hipótese básica a idéia de que os

impactos das transformações na organização e no processo produtivo sobre o mercado de trabalho não devem ser considerados como inerentes à própria tecnologia. Os trabalhadores, ao viverem as transformações em curso, interagem com elas de forma constitutiva e formativa desse processo (LEITE, 1994, p. 25-6). Torna-se necessário, então, relativizar os efeitos da globalização sobre o mercado de trabalho, que podem apresentar diferentes ritmos e modalidades de aplicações com base em diversas relações de trabalho nos mais variados países. Vale lembrar que esse processo é dinâmico, pois as mudanças nas relações de trabalho têm impactos sobre o mercado de trabalho, e, em sentido inverso, as transformações desse mercado acabam por também influenciar as relações de trabalho e, por via de consequência, impactam sobre as próprias mudanças produtivas, gerando, assim, um círculo virtuoso de dificuldades para o “Mundo do Trabalho”.

Figura 1: Diagrama de Causalidade



Como pôde ser observado, apesar da crescente precarização do mercado de trabalho, sendo que os trabalhadores estão cada vez mais fragilizados diante de tais transformações, esse processo não deve ser encarado de forma determinista, ou seja, de que a introdução de novas tecnologias e de novos métodos organizacionais leve, necessariamente, a uma mesma intensidade e ritmo de mudanças no mercado de trabalho. De fato, este é resultado de um conjunto de fatores de ordem política, econômica, cultural e institucional, que naturalmente se apresentam de diferentes maneiras entre os vários países e setores. Assim, as relações de trabalho encontram-se inseridas em ambientes diversos, e as transformações por que passa o mercado de trabalho são, por conseqüência, diferenciadas entre os vários países, dependendo dessas relações, que são, ao mesmo tempo, formadoras e moldadas pelo processo de precarização deste mercado.

Globalização e as transformações nas relações de trabalho

Na seção anterior, foi possível expor de forma sucinta o debate conceitual sobre o que se entende por globalização e relações de trabalho. Esta seção visa observar a inter-relação destes conceitos, com ênfase na análise de como o processo de globalização influencia nas relações de trabalho e, por conseguinte, em todo o mercado de trabalho.

Como foi mostrado anteriormente, um dos aspectos importantes no processo de globalização é o surgimento de novos atores nas relações de poder nacionais e internacionais. Como se sabe, um desses atores são as corporações multinacionais, que estão ligadas “em redes internacionais de empresas e subunidades empresariais”, que transcendem as fronteiras, as identidades e os interesses nacionais (CASTELLS, 1999, p. 209-13). Estas corporações, impulsionadas pela globalização de mercados e insumos e pelo processo de reestruturação produtiva, têm, conforme apresentado por Pochmann (2001, p. 29),

(...) a capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimento e produção, provocando, por conseqüência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo-se, inclusive, a jurisdições nacionais.

Essa transnacionalização da produção acaba por tornar crescente a interdependência da força de trabalho em escala global, sendo a tecnologia da informação o meio para as conexões entre os diferentes segmentos da força de trabalho

nas fronteiras nacionais (CASTELLS, 1999, p. 256). Desta forma, apesar da força de trabalho não circular nas redes globais tal como o capital e as mercadorias, ela sofre os impactos mediante a capacidade de mobilização do capital e da capacidade deste de organizar a produção em toda uma rede global de fornecedores e compradores, caracterizando uma segmentação hierárquica da mão-de-obra entre as fronteiras nacionais. Ainda de acordo com CASTELLS (1999, p. 260), as empresas transnacionais podem optar entre:

- (a) reduzir o quadro funcional, mantendo os empregados altamente qualificados indispensáveis no Norte e importando insumos das áreas de baixo custo; ou
- (b) subcontratar parte do trabalho para seus estabelecimentos transnacionais e para as redes auxiliares cuja produção pode ser absorvida no sistema da empresa em rede; ou
- (c) usar mão-de-obra temporária, trabalhadores de meio-expediente ou empresas informais como fornecedores no país natal; ou
- (d) automatizar ou relocar tarefas e funções para as quais os preços do mercado de trabalho sejam considerados muito altos na comparação com as fórmulas alternativas; ou ainda
- (e) obter de sua força de trabalho, inclusive da permanente, anuência para condições mais rígidas de trabalho e pagamento como condição para a continuidade de seus empregos, com isso revertendo os contratos sociais estabelecidos em circunstâncias mais favoráveis para os trabalhadores.

Nesse sentido, verifica-se uma grande mudança no sistema de relações de trabalho no padrão de produção capitalista atual. Se no padrão anterior era possível observar uma certa rigidez no relacionamento entre trabalhadores e empregados, no padrão atual, essa rigidez é substituída pelo que se pode denominar de uma flexibilidade externa. As empresas em rede não mais estão presas a um padrão de relações de trabalho. Uma vez que a produção pode ser orientada em todo o globo, aos marcos regulatórios macro, meso e micro são acrescidos um novo âmbito no relacionamento entre o capital e o trabalho: o supranacional. Sendo que as empresas em redes mundiais de produção passam a ser detentoras de um grande poder de influenciar as relações de produção nacionais, obviamente, no sentido de flexibilizar a rigidez do padrão de produção anterior e permitir uma valorização ampliada do capital.

Esse processo é de suma importância para o entendimento das transformações que vêm ocorrendo nos países periféricos e semiperiféricos, como é o caso do Brasil. As empresas em redes, com o intuito de explorar rapidamente as oportunidades lucrativas de investimentos, abrem e fecham quantas plantas produtivas forem neces-

sárias, com maior facilidade, o que pressiona esses países, na intenção de oferecer melhores condições à atração dessas corporações a provocar um rebaixamento ainda maior do custo do trabalho e uma desregulamentação, rumo a uma flexibilização dos mercados de trabalho (POCHMANN, 2001, p. 31). Conforme apresentado por VIEIRA (2000, p. 17),

Essas práticas flexibilizadoras traduzem-se, de maneira geral, na diminuição de regras ditadas pelo Estado para regular as relações de trabalho, dando ênfase às negociações coletivas, realizadas pelos sindicatos do empregado e do empregador. A desregulamentação pela supressão das normas que regulam essas relações, tanto entre empregado e empregador quanto entre categoria de empregados e categoria de empregadores, deixa que as negociações entre elas se estabeleçam sob o manto do livre mercado, sem qualquer interferência estatal.

Contudo, as transformações nas relações de trabalho não têm ocorrido somente no âmbito macro. No âmbito meso, também se observa uma grande transformação nos marcos regulatórios. As empresas em redes, na busca pela valorização ampliada do capital, aumentam suas ofensivas aos sindicatos, que, inseridos em um ambiente flexibilizado de produção, vêm perdendo espaço nos processos de negociação. Essa perda de dinamismo do movimento sindical pode ser percebida, dentre outros, por meio de dois importantes indicadores: a taxa de sindicalização e a capacidade deste de organizar greves. Mediante alguns estudos (Cf. ANTUNES, 1997; RODRIGUES, 1999; DEDECCA, 1996; McILRO, 1997 e ALVES, 1998), pode verificar-se que, entre os anos de 1970 e 1980, houve uma tendência mundial de queda nas taxas de sindicalização. Porém, de forma não muito nítida, tendo, inclusive, aumentado em alguns países. Foi a partir dos anos de 1980, apesar das diferenças nacionais de ritmo e intensidade, que essa tendência apresentou-se de maneira mais relevante, com queda generalizada da taxa de sindicalização em vários países do mundo, sendo que essa tendência de declínio permaneceu ao longo da primeira metade dos anos de 1990.

No que diz respeito ao movimento grevista, isto é, dos níveis de conflito, para melhor compreensão das transformações que vêm ocorrendo no poder sindical nestas últimas décadas, o que se observa é que esse indicador também apresentou uma tendência geral de declínio ao longo da década de 1980 e início da de 1990.

Vários são os fatores, tanto conjunturais como estruturais, que têm sido encontrados na literatura especializada (muitas vezes, divergentes) como sendo responsáveis pela queda desses indicadores que evidenciam a crise do movimento sindical (a informalização, o desemprego, a terciarização, a queda nas taxas gerais de inflação, a individualização nas relações de trabalho, a privatização etc.). Porém, dentre todos esse fatores, o que importa ressaltar é que o capital (globalizado e reestruturado)

tem ampliado sua opção contrária aos movimentos de esquerda, crescendo sua hostilidade ao sindicalismo combativo.

Os sindicatos, sob o modelo Fordista/Taylorista, estavam mais propensos a manter um certo apoio do capital, à medida que atuavam

(...) no sentido de ‘disciplinar’ os trabalhadores, evitar ‘greves selvagens’ (...), melhorar a comunicação entre a gerência e os empregados, moderar os aumentos de salários (...). A ação sindical pode ainda servir de estímulo para o progresso tecnológico e de melhoria da qualidade do produto. (RODRIGUES, 1999, p. 219)

Contudo, esta parece não ser a perspectiva do capital no momento atual. As empresas, principalmente aquelas organizadas em rede, inseridas em um contexto de globalização, de incertezas e de crescimento da competitividade, e agindo num sentido de maior flexibilidade produtiva, têm-se mostrado avessas às normas restritivas e aos aumentos de custos impostos pelos sindicatos. Desta forma, o capital tem dificultado (onde a lei permite) o reconhecimento das organizações sindicais e recusado as reivindicações trabalhistas. Somado a essa recusa aos sindicatos, as grandes corporações ampliaram seus esforços para melhorar as relações individuais com os trabalhadores, por meio de programas de Trabalho Participativo, Círculos de Qualidade, Participação nos Lucros e Resultados, fazendo com que os sindicatos não pareçam necessários e que os trabalhadores tratem diretamente com as empresas para a solução de seus problemas (RODRIGUES, 1999, p. 209-24).

Essas mudanças nas relações de trabalho também podem ser observadas no âmbito micro, que tem apresentado um constante movimento de individualização das relações de trabalho. Os processos de transformação produtiva têm levado a uma diminuição da relevância dos contratos coletivos de trabalho, e, por conseqüência, a um aumento das negociações por locais de trabalho e individuais, especialmente, se se levar em conta a maior “fragmentação dos interesses da classe trabalhadora” (RODRIGUES, 1999, p. 177-95), vista pelo crescimento das diferenciações no interior desta classe. Tal fragmentação pode ser observada, inclusive, pelo crescimento de novos tipos de vínculos que os trabalhadores mantêm com as empresas, tais como trabalhadores temporários, parciais, terceirizados e outras formas de remuneração, como a participação nos lucros e resultados. De acordo com GARCIA (1998, p. 90), essa fragmentação dificulta a percepção de igualdade de situação de trabalho; a construção de identidades coletivas e a representatividade de interesses homogêneos, o que colocaria os trabalhadores como “rivais ou concorrentes entre si, deslocando ou distribuindo, assim, o conflito para dentro do recinto assalariado”. Essa descentralização é vista, ainda, nos modelos neocorporativistas de relações de traba-

lho, que, tradicionalmente, mantinham negociações mais centralizadas (RODRIGUES, 1999, p. 203). Essa fragmentação acaba por diminuir a “(...) vocação homogeneizante das relações de trabalho e do sistema legislativo (*‘standart employment relationship’*)”, que perdurou durante os “anos dourados” do pós-guerra (MATTOSO, 1995, p. 100). De acordo com RODRIGUES (1999, p. 177):

Entre os fatores de debilitamento da solidariedade dos trabalhadores estão a dispersão da produção (...) a redução da dimensão das unidades de fabricação e o aumento da produção em pequenas empresas; a maior mobilidade do capital internacional; a tendência em direção a acordos por empresas e locais de fabricação; a flexibilização da produção, das normas e regulamentos que regiam tarefas, hierarquias e carreiras dos empregados; a maior heterogeneidade da força de trabalho em virtude do aparecimento de novas profissões; da maior presença da mulher e dos imigrantes no conjunto da mão-de-obra.

Tal descentralização pode ser observada à proporção que os sindicatos têm se constituído cada vez mais por empresas ou “sindicato-casa” (originário da Toyota), o que vem a aprofundar as dificuldades de consolidação e desenvolvimento da “consciência de classe”. Somado a isso, o movimento sindical tem-se voltado, em grande medida, para o “sindicalismo de participação”, com uma tendência à “burocratização” e à “institucionalização”, subordinando os trabalhadores ao universo empresarial e contribuindo para o “sindicalismo de envolvimento” (ANTUNES, 1997, p. 25). Segundo ALVES (1998, p. 85-104), há uma “captura da subjetividade operária pela lógica do capital”.

Nos países cujo sistema de relações de trabalho não é cooperativo, como nos casos da Alemanha e Suécia, além do processo de descentralização das negociações, há também restrições à participação dos trabalhadores no chão-de-fábrica. Este é o caso do Brasil, em que o sindicalismo apresenta um pequeno número de organizações nos locais de trabalho, restritas a apenas um reduzido número de empresas, não sendo difundidas para o conjunto do movimento sindical. Isso é resultado da postura marcadamente contrária à organização nos locais de trabalho por parte dos empresários, e pela inexistência de uma legislação que proteja de fato o direito à organização dos trabalhadores no interior das empresas. Os impactos deste processo sobre a organização sindical podem ser apreendidos no trabalho de CODAS (1998, p. 56). De acordo com o autor, “os sindicatos de categoria sem organização nos locais de trabalho são politicamente incapazes de perceber, acompanhar e responder às transformações que estão acontecendo no ‘chão-de fábrica’”.

Verifica-se, dessa forma, que a busca pela competitividade empresarial, em níveis cada vez mais globais, tem se dado com uma profunda exclusão, por um lado,

no que diz respeito aos trabalhadores, pela via do desemprego, levando a um ganho de produtividade pelo setor industrial combinado com uma queda no nível de ocupação, com a terceirização e a intensificação do ritmo de trabalho; por outro, pela exclusão sindical, que se caracteriza como um processo de negociação da produtividade entre empregados e empregadores, sendo que as entidades sindicais não estão sendo reconhecidas pelos setores produtivos, governamentais e, muitas vezes, pelos próprios trabalhadores, como interlocutores qualificados (PESQUISA DIEESE, 1999, p. 11).

O que se percebe, portanto, é a presença de uma fase de negociação e participação dentro das relações de trabalho, sendo que há um abandono do “sindicalismo de confronto”, consolidando uma nova orientação sindical, mais defensiva e mais disposta à negociação com o capital, adequando a luta sindical à “nova ofensiva do capital na produção” (ALVES, 1998, p. 352). Essa participação e cooptação representam um retrocesso no movimento sindical brasileiro.

Tanto por distanciar-se do seu passado mais ousado, quanto por que esta ação negociada, por estar atada a um acordo e a um projeto com o capital, o impede de oferecer uma alternativa duradoura e inspirada em elementos estratégicos, que efetivamente represente o conjunto dos trabalhadores. (ANTUNES, 1997, p. 51)

Como pôde ser observado na Figura A, essas transformações por que têm passado as relações de trabalho contribuíram de forma significativa para a conformação de um novo mercado de trabalho, agora, mais flexível e sob a ótica de um capital organizado em rede por todo o globo. Esse novo mercado de trabalho é, de maneira geral, caracterizado pelo desemprego e pela informalidade da mão-de-obra. Pelos dados da OCDE, nota-se que, ao longo dos anos de 1990, houve uma pequena queda na taxa de desemprego de seus países membro, com exceção fundamentalmente do Japão. Contudo, na maioria desses países, as taxas de desemprego são relativamente altas se comparadas com meados dos anos de 1970, com exceção dos Estados Unidos. No ano de 1975, a taxa de desemprego aberto foi estimada em 2,3% da População Economicamente Ativa mundial, sendo que, no ano de 1999, este valor já estaria em torno de 5,5% (POCHMANN, 2001, p. 85). Essa elevação nas taxas de desemprego (aberto) é observada de forma ainda mais significativa nas economias não-desenvolvidas e, em especial, na economia brasileira, como pode ser apresentado por Pochmann (2001, p. 86)

Em 1999, a taxa de desemprego aberto para as nações desenvolvidas era estimada em 6,18%, enquanto em 1975 era de 4,04%. Em 24 anos, a taxa de desemprego aberto do conjunto de 141 países pesquisadas aumentou 53%. Já nas nações não-desenvolvidas, a taxa de desemprego aberto subiu 200%, passando

de 1,79%, em 1975, para 5,35%, em 1999. No mesmo período, o Brasil destacou-se por ter a sua taxa de desemprego aberto aumentada em 369,4%, alterando-se de 1,73%, em 1975, para 9,85%, em 1999.

Verifica-se, dessa forma, que o processo de globalização vem trazendo uma nova divisão internacional do trabalho, com as nações não-desenvolvidas apresentando uma participação crescente no excedente mundial de mão-de-obra. Foram justamente esses países que apresentaram piores relações de trabalho, com governos mais autoritários; falta de um Estado de Bem-Estar Social; maiores dificuldades de implementar políticas para fazer frente ao grande capital financeiro e transnacional, organizado em grandes redes de produção; e, em muitos casos, um aprofundamento mais rigoroso, e em num curto período de tempo, das políticas de liberalização econômica impostas pelos organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Considerações Finais

Pelo que se pôde constatar, nas seções acima, o que é importante a ressaltar não é tanto o fato de que o capitalismo produza cada vez mais com menos trabalhadores, e nem tanto a crise do mercado de trabalho, mas, sim, a crise nas relações de trabalho. Das relações de trabalho Fordista/Taylorista, que, de um lado, apresentavam-se como uma resposta do capital à resistência dos trabalhadores com a intenção de dominar a produção, buscando um novo tipo de controle do processo de trabalho, dividindo-o, simplificando-o e desqualificando-o. Por outro lado, representaram um fortalecimento das relações de trabalho com o crescimento do assalariamento, dos contratos coletivos de trabalho, da formalização do emprego e das resistências dos trabalhadores aos novos métodos organizacionais, não só através da “resistência surda” no interior das fábricas, como também em momentos de conflitos abertos, por meio de greves e manifestações (LEITE, 1994, p. 59-73). Uma crise de relações de trabalho com impactos negativos não só para o mercado de trabalho em si, como também sobre a “democracia do trabalho” e a liberdade política, uma vez que, nas palavras de Beck (1999, p. 119), “(...) como a democracia será sustentável sem as garantias da sociedade de trabalho?”

Assim, o padrão de produção atual pode ser identificado como uma nova racionalização do trabalho, implementada fundamentalmente pelas empresas transnacionais, interligadas em redes, que pressionam as relações de trabalho rumo à maior flexibilização. Neste sentido, os processos de precarização do mercado de trabalho, pobreza e exclusão social devem ser entendidos como consequência das

transformações por que tem passado tais relações. Obviamente, esse fenômeno não se encontra homogeneizado no mundo, uma vez que estas se ligam a uma série de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, que filtram todas essas transformações em cada sociedade. Desta maneira, o sistema atual não está fadado a um determinismo histórico. Depende de cada sociedade, conforme suas relações de forças, que formata todas essas mudanças. De fato, o que se observa não é um padrão único de mudanças, mas, sim situações diversas e contra-movimentos que colocam cada país, ou região, em patamares e ritmos diferenciados de transformações nas relações de trabalho e, por via de consequência, em situações distintas de mercado de trabalho, pobreza e exclusão social.

Referências

ALVES, G. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências humanas, universidade Estadual de Campinas, Campinas.

AMORIM, C. Os frágeis pilares da nova ordem. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campinas, 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BECK, U. **O que é globalização**: equívocos do globalismo, respostas à globalização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, F. H. Relações norte-sul no contexto atual: uma nova dependência? In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CODAS, G. O rapto da vanguarda. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12, n.1, 1998.

DEDDECA, S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: CARLOS, A. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996. p.55-85.

- DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GARCIA, J. C. D. Negociação coletiva de trabalho: do fordismo ao taylorismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12, n.1, 1998.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança. 6.ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- HOBSBAWM, E. As décadas de crise. In: _____. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEITE, M. de P. O modelo sueco de relações de trabalho. In: LEITE, M. de P.; SILVA, R. A. (Org.). **Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência**. São Paulo: IGLV-ILDES-LABOR, 1991.
- LEITE, M. de P. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.
- McILRO, J. O inverso do sindicalismo. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.
- NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT, 1999.
- PESQUISA DIEESE, São Paulo, n.15, 1999.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Ed. USP, 1999.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1996.
- SINGER, P. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT, 1999.
- TRADE in goods and services: statistical trends and measurement challenges. **OCDE**, n.1, oct. 2001.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. São Paulo: Record, 2001.

VIEIRA, M. M. G. **A globalização e as relações de trabalho**. Curitiba: Juruá, 2000.

WALLERSTEIN, I. **Tipologias das crises no sistema mundial**. Universidade das Nações Unidas, Essex, 1984. Mimeografado.

— ** —

RESUMO: Dadas as grandes transformações ocorridas nos últimos anos nos padrões de valorização do capital, este artigo tem como objetivo trazer elementos que busquem compreender as mudanças por que vêm passando as relações de trabalho. Na primeira seção, buscou-se uma definição de globalização e relações de trabalho. A segunda seção discute a inter-relação desses conceitos. A última seção sintetizará as principais conclusões e observações do texto, com ênfase não no fato de que o capitalismo produza cada vez mais com menos trabalhadores, mas, sim, no fato de que o padrão atual de acumulação de capital apresenta-se como uma nova forma de racionalização da produção, que contribui para uma crise nas relações de trabalho do padrão anterior fordista/taylorista.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; relações de trabalho; capitalismo; fordismo e taylorismo.

ABSTRACT: Due to the great transformations undergone during the last decades in capital valuing patterns, this paper brings out elements that try to understand the changes that occurred in the labor relations. First it tried to define globalization and the labor relations. Second, it discusses the interrelations between these two concepts. The last part synthesizes the main conclusions and observations of the text, emphasizing not the fact that capitalism produces even more with less workers but the fact that the present accumulation pattern shows itself as a new way of rationalizing production, which contributes to a crisis in the labor relations to the Ford/Taylor previous pattern.

KEYWORDS: Globalization; labour relations; capitalism; fordism and taylorism.